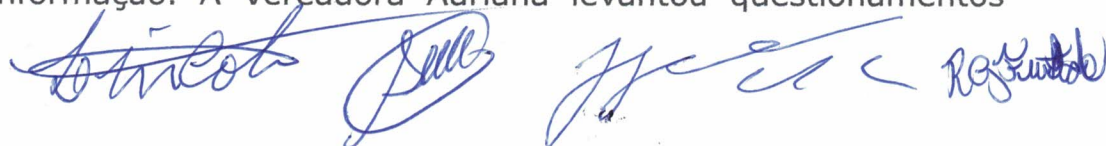



ATA DA 1ª PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA

Aos 19 (dezenove) dias do mês de dezembro de 2023, sob a presidência do sr. Vereador André Luiz Costa Broliato, com a presença de nove senhores vereadores, Alair de Rezende, Adriana Aparecida Halfeld Guerra, Arnóbio Joaquim de Souza, Joaquim José de Souza, Lincoln Rodrigues dos Santos, Rafael Garcia Furtado, Sebastião Silva Carvalho e Thiago Gribel do Valle. Verificado o quórum regimental deu início a reunião. Antes de seguir para a ordem do dia, o presidente trouxe um esclarecimento em relação a uma publicação em rede social que mencionava seu nome e fazia críticas à gestão de recursos do Legislativo Municipal. O presidente relatou que a postagem questionava a devolução de recursos ao longo de sua gestão, alegando que não houve devolução no ano de 2023. Ele desmentiu a alegação, informando que, até o momento, já foram devolvidos R\$ 75.000 à Prefeitura e que está prevista a devolução de mais R\$ 370.000, totalizando aproximadamente R\$ 540.000. Ressaltou que o levantamento ainda está em andamento, podendo o valor final ser ainda maior. O Presidente reforçou o compromisso da Câmara com a transparência, afirmando que as informações sobre a gestão financeira estão disponíveis para consulta pública. Informou que o Portal da Transparência enfrentou problemas técnicos recentemente, mas que já foram solucionados, garantindo o acesso às informações para toda a população. O vereador Alair questionou se o montante devolvido de R\$175.000,00 era referente ao orçamento de 2023 ou ao saldo remanescente de 2022. O Presidente confirmou que este saldo foi deixado pela gestão anterior e incluído no exercício de 2023. Sobre o Portal da Transparência, o Vereador Alair apontou dificuldades de acesso recente, sendo informado pelo Presidente que os problemas técnicos já foram solucionados e que as informações estão disponíveis. A Vereadora Adriana destacou que a devolução dos recursos ao Executivo é de livre aplicação, mas sugeriu a possibilidade de um acordo entre Legislativo e Executivo para que os valores sejam direcionados a áreas prioritárias, como saúde, em benefício da população. O Presidente concordou, propondo reuniões com o Executivo e secretarias para discutir a destinação dos recursos. A vereadora Adriana destacou que a devolução mencionada de R\$ 175.000 é referente a valores do orçamento de sua gestão de 2022. Explicou que a devolução não foi realizada no prazo por questões administrativas e reafirmou que esses valores pertencem à sua gestão. A vereadora apontou que a publicação que circula nas redes sociais apresenta inconsistências, inclusive quanto aos valores devolvidos no ano de 2021, e afirmou não dar importância a esse tipo de desinformação. A Vereadora Adriana levantou questionamentos



sobre a classificação da sessão como extraordinária, uma vez que, segundo a Lei Orgânica, o recesso legislativo se inicia em 22 de dezembro e concluiu dizendo que houve uma atualização no Regimento Interno para alinhar as datas ao princípio da simetria com a Constituição Federal. Entretanto, a publicação oficial não foi devidamente atualizada no site, gerando confusão. Apesar das divergências, decidiu-se manter a classificação da sessão como extraordinária, em virtude de sua convocação formal com a antecedência mínima de cinco dias, respeitando o Regimento Interno. O Vereador Rafael e outros parlamentares reforçaram que sessões extraordinárias não geram vantagens financeiras adicionais para os vereadores, sendo importante esclarecer esse ponto para evitar desinformações nas redes sociais. O presidente passou para a ordem do dia. O presidente colocou em discussão o projeto de lei do legislativo número 11/2023 que dispõe sobre a aquisição de imóvel para a construção da sede própria do Poder Legislativo e dá outras providências. A vereadora Adriana manifestou contrariedade à aprovação do projeto neste momento, destacando que considera inadequado realizar uma aquisição de imóvel em um período de dificuldades financeiras enfrentadas pelo município e pelo país e levantou dúvidas sobre a validade técnica e administrativa do projeto, mencionando possíveis nulidades, sendo que, o projeto foi apresentado por vereadores, e, em sua visão, deveria ter sido proposto pela mesa diretora. A vereadora observou que o tempo necessário para elaboração, avaliação, publicação do projeto indica que ele não foi tratado com a técnica esperada e questionou os gastos já realizados pela Câmara com avaliações técnicas, possivelmente utilizando recursos públicos sem aprovação adequada. A vereadora ressaltou a necessidade de maior análise e discussão sobre o projeto antes de sua votação. O Vereador Arnóbio afirmou que segue o parecer apresentado pela vereadora. O vereador Alair criticou o momento e a forma como o projeto foi apresentado, apontando dúvidas sobre o valor de avaliação do terreno proposto, considerado elevado para a região. O vereador disse da existência de terrenos alternativos a preços mais acessíveis, que poderiam atender à demanda sem onerar os cofres públicos e questionou a transparência do processo, incluindo possíveis limitações legais ligadas a interesses culturais da área em análise. O vereador Alair solicitou que houvesse mais tempo para buscar outras opções de terrenos e realizar análises detalhadas e reafirmou desconforto em votar favoravelmente no atual cenário, destacando a necessidade de cautela. Durante a fala do vereador Alair, houve conflito com o jurídico da Casa, que, segundo o vereador Alair, demonstrou desrespeito por meio de gestos e comentários. O presidente pediu calma e foco na pauta, orientando o jurídico a permanecer no escritório e prometendo dar continuidade ao debate de forma objetiva. O vereador Rafael defendeu que a Câmara precisa de um espaço próprio para garantir independência e funcionalidade,



Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including names like "Arnóbio", "Alair", and "Rafael".

ressaltando que municípios menores já possuem essa estrutura, esclareceu que a compra e construção não usarão a verba deste ano, mas a previsão orçamentária de 2024, que já contempla essa necessidade e disse que apesar de haver questionamentos sobre a escolha, o terreno foi definido com base em sua localização central. Destacou que, embora não tenha participado diretamente da escolha, acredita que a decisão foi justificada. O presidente enfatizou que a Câmara e a Prefeitura possuem orçamentos distintos e que essa compra não deve ser vinculada à situação financeira do Executivo e apontou que o município arrecadou mais do que o previsto para 2023 e que o orçamento de 2024 reflete o crescimento, prevendo R\$ 55 milhões. O presidente reforçou que o prédio atual, compartilhado com a Prefeitura, é alvo de um processo de usucapião. Caso a decisão judicial seja desfavorável, a Câmara ficará sem sede e explicou que com relação a crítica de que a aquisição seria para "gabinetes individuais para cada vereador e funcionário" não é verídica e o projeto não contempla isso. A compra do terreno e a futura construção são tratadas como investimentos estratégicos, não como gastos supérfluos ou mal planejados. O vereador Thiago embora considere a ideia boa, acredita que a situação atual de dificuldades financeiras enfrentadas pelo Executivo torna a iniciativa inadequada no momento. Destacou que, historicamente, a Câmara devolve parte de seu orçamento ao Executivo, e esses recursos são esperados para ajudar em outras demandas urgentes do município. A vereadora Adriana ressaltou que Mar de Espanha ainda sofre com déficits importantes, como falta de creches, escolas e habitação popular. Para ela, esses problemas devem ser prioridade antes de investir em uma nova sede legislativa e reforçou que o dinheiro da Câmara também pertence ao município e, se não utilizado, volta para o Executivo. Assim, qualquer gasto deve ser justificado em função do interesse público. A vereadora criticou o parecer jurídico, apontando erros ortográficos, falta de clareza e abordagens inadequadas ao tema. Sugeriu que seja feito um novo parecer jurídico para maior credibilidade do processo e sugeriu dialogar com a Prefeitura para ceder um espaço provisório, como o prédio do Rex, que poderia abrigar a Câmara em regime de comodato, sem custos adicionais e comparou Mar de Espanha a outros municípios que aproveitaram épocas de maior repasse federal para construir infraestrutura básica como creches, escolas e habitação. Apontou que a cidade ficou para trás nesse aspecto e que é necessário recuperar o tempo perdido e que o foco deve ser atender às necessidades essenciais da população antes de considerar melhorias estruturais para a Câmara. O vereador Rafael menciona investimentos significativos que, segundo ele, não trouxeram retorno prático, como um caminhão de lixo parado, quadriciclos sem uso, cabines de higienização inutilizadas e barreiras sanitárias consideradas ineficazes. Ele também questiona os valores gastos na aquisição e reforma de um casarão e em eventos como exposições. O vereador Rafael sugere alternativas para evitar o gasto,



como ceder espaços já existentes, como o andar superior do prédio da prefeitura ou o Centro Administrativo, que estaria subutilizado. O presidente colocou o projeto de lei do legislativo número 11/2023 em primeira votação, sendo aprovado. O presidente colocou em votação os vetos do prefeito com relação aos projetos do parlamento jovem. O presidente colocou em votação em bloco os vetos 03/2023, 04/2023, 05/2023, 06/2023 e 07/2023, sendo rejeitados. O presidente passou para o projeto de lei 12/2023 que denomina as ruas no loteamento Francisco de Paola. Dada a simplicidade e urgência do tema, os vereadores concordaram em dispensar pareceres formais para agilizar a aprovação. O Presidente colocou o projeto em votação única, sendo aprovado por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Eu, Joaquim José de Souza, lavrei a presente ata, sala de sessões, 19 de dezembro de 2023.



RC. J. de Souza